

GUERRA CIVIL NO MUNDO ÁRABE OPÕE SUJEITOS VÁRIOS E “GRANDE MÃO” DOS EUA

Hugo Fanton
Jornalista

Daniel Garcia



“Imperialismo e Guerra Civil no Mundo Árabe” foi o tema da mesa que reuniu Salem Nasser (FGV-SP), José Arbex (PUC-SP), Peter Demant (IRI-USP) e os ativistas Aldo Sauda e André Ferrari. Tanto Nasser — para quem é preciso definir com precisão os sujeitos envolvidos nos conflitos da região, as orientações políticas e interesses — como Arbex defenderam a atualidade do conceito de imperialismo e identificaram a presença, ali, da “grande mão do Império” (os EUA). Mas Demant declarou-se a favor de intervenções militares para combater o “islamismo radical” e a anarquia

A atualidade do conceito de Imperialismo para analisar conflitos no mundo árabe e os diferentes elementos sociais, políticos e econômicos que podem caracterizar uma situação revolucionária foram os temas centrais da mesa “Imperialismo e Guerra Civil no Mundo Árabe”. A atividade apresentou distintas visões acerca do contexto político atualmente vivido no Oriente Médio e no Norte da África, variando desde a caracterização dos processos como revolucionários e de caráter socialista até a defesa de uma intervenção militar dos EUA na região.

Salem Hikmat Nasser, professor da Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (Direito GV), participou da mesa e iniciou sua explanação refletindo sobre conceitos propostos para debate. “A palavra *imperialismo* toca questões culturais, ideias que remetem a algum tipo de dominação ou controle. É algo que se fez anteriormente na humanidade e se faz hoje, de modos diversos, com elementos que remetem ao que já foi no passado”. Nesse sentido, é possível pensar em Império inclusive quando se remete “às visões de mundo” e às orientações teóricas que embasam as análises da política internacional. “A visão de mundo dada é uma forma de imperialismo”.

Para tratar do tema, o professor recorreu a Jean Baudrillard, filósofo francês que, em sua obra, diferencia “hegemonia” de “dominação”. Esta última explicita a oposição sobre a qual se exerce.

Fotos: Daniel Garcia



Professor Salem Nasser

“Já a hegemonia não tem seu contrário: mesmo a revolta, a oposição, é incorporada pelo hegemônico como parte do sistema, tornando-se uma pretensa oposição. A hegemonia ridiculariza a oposição e neutraliza a revolta. No Oriente Médio, quem é o Império? Quem exerce o Império? Estamos falando de imperialismo estadunidense? Ou de um sistema, o capitalista?”.

Ao propor essas questões, Nasser lembrou que a representação usual do contexto atualmente vivido no Oriente Médio é a de que se trata de povos atuando em oposição a regimes políticos. “Mas há problemas com relação a essa visão. Podemos pensar a partir dos jogos de poder na região. Há sim problemas que opõem o povo ao regime sírio, com tantos vícios, assim como havia no Egito, Ará-

bia Saudita, etc. Há necessidade de mudanças, razões para revolta. Mas quem é o povo? Quem são as massas? Uma simples representação de povo contra o regime esconde que há disputa entre povo e povo”, e entre diferentes nações, centrais e periféricas.

Nesse sentido, Nasser considera fundamental, para analisar os diferentes contextos políticos, definir com precisão os sujeitos envolvidos nos conflitos, bem como suas orientações políticas e interesses. “Além disso, há disputa entre regimes na região, diferentes opções políticas, e a mão do Império”. Para ele, diversas análises não consideram a influência dos EUA e Israel em algumas regiões, mas estas são “a grande mão imperial buscando impor seu projeto”.

Por isso, é preciso, ao se debruçar sobre os diferentes contextos da geopolítica internacional e, especificamente do Oriente Médio, compreender como os “grandes atores agem”, em cada um dos processos históricos. “Qual segredo faz com que apenas na Síria o conflito tenha tomado essa dimensão?” É justamente o interesse externo. “Precisamos lembrar que as armas vêm de algum lugar. O Exército Livre da Síria saiu da cena política, a questão agora é entre o regime de Assad e outros grupos. Por isso, devemos nos perguntar: qual é a opção de EUA e Israel nesse contexto dado? Quais são seus interesses?” Essas questões devem orientar a análise concreta daquela realidade.

“Com o fracasso histórico do nacionalismo árabe, a luta anti-imperialista foi assumida pelo islamismo”, propõe André Ferrari. No Barein, a resposta às manifestações de massa foi a “brutal intervenção saudita, sustentada pelos EUA”. Mas, para Peter Demant, “o mundo precisa de um policial, senão vira situação anárquica”



Professor Peter Demant

André Ferrari, militante do Comitê por uma Internacional dos Trabalhadores, considerou a crise econômica do capitalismo o elemento-chave para analisar a dinâmica política no Oriente Médio e no Norte da África, pois leva a “processos de luta de massas”, fundamentais nos diferentes países, “inclusive em locais como Espanha e EUA”. A partir desses elementos, deve-se trabalhar com a possibilidade de radicalização da luta, sustentada. “Todos os países discutem política de prevenção de luta de massas. Não podemos deixar de lado o temor das revoltas de massa no Irã, por exemplo, algo que leva a políticas de pequenas reformas conciliadas com repressão contra os setores que mais se mobilizam”.

Ferrari entende que, após a Revolução Iraniana, houve um retrocesso do nacionalismo árabe, que

descaracterizou os regimes políticos na região. “Com o fracasso histórico do nacionalismo árabe, a luta anti-imperialista foi assumida pelo islamismo”. É nesse contexto que se dá a atual intervenção do imperialismo. Ferrari exemplifica com a situação vivida no Iêmen, que viveu um “processo de luta de massas, semelhante ao egípcio, em que o papel dos EUA foi o de tentar promover reformas e uma transição controlada”. São reformas ‘por cima’ para controlar a situação, explica. Já no Barein, a “resposta foi uma brutal intervenção saudita, sustentada e apoiada pelos EUA”, pois “o que está em jogo são os interesses do imperialismo”.

Peter Demant, professor do Departamento de História e do Instituto de Relações Internacionais (IRI-USP), apresentou um contraponto em defesa da intervenção es-

trangeira, que para ele não poderia ser caracterizada como “imperialista”, por considerar inadequado o termo e ultrapassado o conceito. “Meu ponto de vista é muito diferente. Não trabalho com o conceito de imperialismo. O termo tem valor para discutir o que aconteceu no século XIX e no início do século XX, mas não explica nossos dias. Se for para relacionar tudo o que faz os EUA ao império do mal, não teremos uma mesma conversa. Estou a favor da intervenção, não sou antiamericano”.

Para Demant, muitas das intervenções realizadas nos últimos vinte anos tiveram motivos que não se explicam pela economia, mas estão também relacionados à crise humanitária, aos direitos humanos e à existência de um inimigo comum: o terrorismo. “Trata-se do islamismo radical, diferente do islã como religião, constituído nessa conjuntura após a derrota do fascismo e a derubada do comunismo na URSS”. Assim, a “ideologia do islamismo radical” é a categoria que o professor utiliza para explicar a situação política atual no Oriente Médio.

Diante desse novo contexto, seria preciso encontrar uma “nova maneira para organizar a política no mundo”, uma vez que as intervenções no Iraque e no Afeganistão tiveram resultados problemáticos. “Seus motivos originais foram corretos, pois se houver violações graves de direitos humanos há uma necessidade moral de se intervir. Se houver uma contradição entre a lei e moralidade, estou do lado da moralidade. Se algum Estado agressivo vai desenvolver armas de destruição em massa, é

preciso intervir, pois caminharíamos para um mundo ainda pior”.

O professor reconhece que há contradições e hipocrisias, pois os próprios países interventores possuem tais armas e já promoveram invasões “de forma errada e com resultados ruins”, admite. “Agora, estamos vivendo um período *neoisolacionista*, com desgaste e sentimento contrário às intervenções, entre as forças da esquerda internacional e dentro dos próprios EUA”. Apesar disso, para Demant, “quando se diz que os EUA se comportam como policial do mundo”, é preciso afirmar “que o mundo precisa de um policial, senão vira situação anárquica”. Haveria uma responsabilidade de todos os Estados contra as extremas violências, e isso não nos permite interpretar a situação como um jogo entre forças imperialistas e anti-imperialistas.

“Auschwitz e Hiroshima não foram produtos do Islã, assim como os mais de 2 milhões de mortos no Vietnã e Camboja. São produtos da democracia. Vamos colocar as coisas no seu devido eixo: o presidente dos EUA não passa de um assassino, cujos ‘drones’ já mataram duas mil mulheres e crianças”, diz José Arbex

Tal discurso foi veementemente contraposto por José Arbex, professor da PUC-SP nas áreas de comunicação, cultura e política internacional, e que considera “absurda” a relativização da existência do imperialismo hoje no mundo. “Questionar isso é uma inversão de valores extraordinária, em um contexto em que Israel usa armas químicas no Sul do Líbano e, em nome da disputa pelo petróleo, a humanidade está sendo conduzida à catástrofe”. Desse modo, o discurso do “choque de civilizações” deve ser combatido, pois se apoia em falsificações históricas, diz ele. “Há uma evidente perspectiva de caracterizar o Islã e o fundamentalismo religioso como os grandes responsáveis pelos conflitos no mundo. Mas não podemos nos esquecer de que Auschwitz e Hiroshima não foram produtos do Islã, assim como os mais de dois milhões de mortos no Vietnã e no Camboja. Esses são produtos da democracia. Os três quilos de armas químicas por pessoa despejados no Vietnã são produtos da democracia. Vamos colocar as coisas no seu devido eixo: o presidente dos EUA não passa de um assassino, cujos ‘drones’ já mataram duas mil mulheres e crianças”. O professor cita ainda o forte controle estadunidense sobre a circulação de informações, a liberdade restrita pelo decreto patriótico (*Patriot Act*) e as torturas na base de Guantánamo.

Arbex declarou-se, assim, contrário a perspectivas que estimulem uma cisão do mundo em blocos, “entre civilização e barbárie”.



Professor José Arbex

E ainda ressaltou: “Vai chegar a vez do Brasil, em razão de nossas reservas de água e da Amazônia. Já houve uma campanha global pela internacionalização da Amazônia, não podemos nos esquecer disso, pois o que está em jogo é uma política mundial determinada pelo controle das riquezas mundiais”, e disso decorrem as justificativas de invasões. “Walter Benjamin afirmava não existir monumento da cultura que não seja também da barbárie. Não podemos aceitar essa extraordinária inversão de valores”. O professor da PUC-SP enfatizou ainda que a “democracia parlamentar e liberal não será a solução para os povos do Oriente Médio”, assim como não o é para os países africanos,

“que tiveram suas fronteiras desenhadas por essas democracias” e até hoje convivem com conflitos que decorrem das intervenções imperialistas na região.

Os debates tiveram início com Aldo Sauda, militante do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU) e correspondente do jornal *Opinião Socialista* na Síria. Ele iniciou sua explanação caracterizando a cena política local como uma situação revolucionária, que opõe interesses capitalistas e imperialistas aos dos trabalhadores organizados no Exército Livre da Síria (ELS), braço armado das mobilizações de diferentes setores sociais contra o regime de Assad. Ao ELS se somam os conselhos populares, chamados por Sauda de “espécie de *soviets*” (em referência à forma organizativa do proletariado russo no processo revolucionário de 1917), base social organizativa da população síria nos territórios ocupados pelo ELS. “A ditadura síria bombardeia e destrói com o objetivo de matar a população. Leva caos e medo às cidades. Já os *soviets*, esses conselhos locais em que a população se organiza, são o paradigma. No entanto, existem limitações, como a ausência de direção revolucionária”. A esse problema apontado, soma-se a difícil realidade das cidades “libertadas”, mas destruídas pela guerra civil. “A principal tarefa é garantir fornecimento de pão para as pessoas”.

Entre a população rebelada existem, além do ELS e dos conselhos populares, militantes da Al Qaeda e grupos criminosos, que buscam controlar fontes de recursos. Por is-

so, Sauda descreve a situação como de “caos, ausência de organização e de projeto político”, e informa que “em muitos lugares, os conselhos têm a tarefa de lidar com 80 diferentes grupos armados, sendo a metade associada à bandidagem”. Além disso, há um grupo islâmico que atuaria na retaguarda dos revolucionários. “Após a libertação de uma região, aparecem grupos muito bem organizados e disciplinados, tentando tomar dos revolucionários o controle político. Quando a revolução estourou, a ditadura soltou os presos para que causem problemas”. Assim, os chamados “radicais islâmicos” estariam atuando para dividir a oposição. “A Al Qaeda controla os poços de petróleo e vende para o regime sírio. Ela forma uma quinta coluna, com financiamento e apoio militar da ditadura, tendo como eixo a formação do Estado Islâmico”.

Já para Demant, a situação atual na Síria é uma terrível tragédia, o que justificaria a invasão militar estrangeira. “Houve muitas intervenções cruéis na época da Guerra Fria, por motivos estratégicos, mas a situação mudou. Outras potências fizeram intervenções por motivos distintos, e mais recentemente o que temos é uma luta contra o terrorismo islamita”. O professor do IRI-USP descreve a sociedade síria como “extremamente heterogênea”, com uma variedade de ideologias, como a pan-árabe, as regionalistas e o nacionalismo local, o que inclui o Líbano e a Palestina. Após a Primeira Guerra Mundial, a região caiu nas mãos da França, “em uma política de dividir pa-

ra imperar”, na visão de Demant. “Neste contexto sim podemos usar o termo imperialismo”, defende.

Após a independência, vários agrupamentos ocuparam o poder, levando a uma situação em que convivem em um mesmo território diferentes comunidades, com medo umas das outras e armadas. “O regime é um conglomerado de minorias que controla a maioria. Mantém-se no poder com violência, tortura, controles, censuras e violações”. Inicialmente, o movimento social foi pacífico, a favor de aberturas e liberdades individuais. “O regime massacrou, levando a uma resistência militar”. Demant afirma que o país vive agora uma guerra civil, com risco de se expandir. “São 100 mil pessoas massacradas, às vezes torturadas. Isso é inaceitável, e o mundo precisa fazer algo. É uma vergonha que a comunidade internacional não faça nada”.

A situação hoje seria pior do que há dois anos, pois teria havido um “crescimento dos grupos mais radicais”, o que levou a uma “terrível crise humanitária, com milhões de desabrigados, ameaçando atingir a região inteira”. Agora, pensa ele, “é muito mais difícil melhorar”. Assim, a Síria precisaria, na visão de Demant, de um novo contrato social, com dominação da maioria e garantias para as minorias. “Uma redemocratização com novas instituições, em suma, um sistema em que a população aprenda a conviver de forma não violenta”. Para isso, seria preciso integrar islamitas moderados, para neutralizar os radicais. “Não consigo imaginar isso sem uma intervenção militar”.

O conflito sírio não é apenas resultado de um jogo de forças entre diferentes interesses na região, porque “não podemos subestimar o processo revolucionário que existe”, acredita Ferrari. Aldo Sauda considera inimigo o regime de Assad, mas adverte ser um “grande erro” defender a intervenção dos EUA

Sauda, no entanto, conta que, no norte da Síria, a invasão estrangeira sequer é um tema de debate como forma de superação dos conflitos. “O batalhão do conselho local diz que nunca veio nada de bom dos EUA. No Exército Livre da Síria, todos têm medo de que os EUA possam bombardeá-los”. Desse modo, apesar de considerar o regime sírio um inimigo, Sauda afirma ser um “grande erro” defender a intervenção norte-americana. “Ao longo de todo o processo, os EUA colocam que o objetivo é tirar Assad do poder, não derrubar o regime. A razão é estabelecer um acordo entre o que resta dos apoiadores de Assad e os setores burgueses da oposição”.

Ele caracteriza o processo sírio como revolucionário pelo fato de “as massas estarem nas ruas derrubando um regime pró-imperialista e pró-capitalista, por meio de sua ação”.

Na região, existiria uma contradição entre classes muito forte, na medida em que “todas as economias do Oriente Médio são capitalistas, rentistas e dependentes do capital internacional, o elemento mais dinâmico da economia egípcia, por exemplo”. Por essa razão, afirma, “os setores mais importantes da burguesia síria estão com Assad”. Sauda ressalta ainda que “não existe uma direção revolucionária na Síria, mas o povo sírio quer pão, liberdade e justiça social, o que só será possível com a derrubada do capitalismo”. Para ele, a construção de um partido revolucionário pressupõe identificar onde está a revolução e a contra-revolução. “É um processo inconscientemente socialista, porque terá de nos levar ao socialismo. Para isso, há necessidade de construção da direção revolucionária”.

Também para o representante do Comitê por uma Internacional dos Trabalhadores, André Ferrari, é preciso partir da referência da luta de classes para analisar a situação política no Oriente Médio como um todo, o que implica deixar de ver as massas como “joguetes”. “É importante resgatar o papel protagonista dos movimentos de massa, sujeitos que mudaram a situação”, afirma Ferrari, ressaltando que existe, muitas vezes, uma “visão impressionista sobre a ameaça de intervenção estrangeira na Síria”. É preciso, a seu ver, partir da compreensão de que as massas, o povo da região, em especial da Síria, “é protagonista” nos conflitos políticos e sociais vividos. No seu entender, é um erro analisar o conflito sírio como resultante de um jogo de forças entre diferentes interesses na

região. “É óbvio que devemos considerar isso, mas não podemos secundarizar o sujeito dos levantes no Norte da África, que derruba governos e muda a correlação de forças. Não podemos subestimar o processo revolucionário que existe”.

Ele contextualizou a situação política no Oriente Médio lembrando que o Iraque vive um recrudescimento de conflitos e, no Egito, houve um massacre de ativistas da Irmandade Muçulmana. “Isso torna o debate muito atual. Devemos pensar em como contribuir com o Oriente Médio e o Norte da África”. Em relação à Síria, Ferrari afirma que a posição dos EUA “não é tão tranquila, pois há perda de controle em muitas dessas situações, de modo que uma intervenção militar traria muitos problemas”, decorrentes de uma opinião pública contrária e das dificuldades de aprovação no parlamento. “Mas a ameaça de intervenção abre uma negociação para conter o processo em curso da revolução”.

Desse modo, trata-se de uma situação extremamente complicada. “Às vésperas do golpe que derrubou Mursi, no Egito, houve o maior levante popular da humanidade. O processo ainda está aberto. Na Síria, cresceu a força dos setores jihadistas, algo que pode ser considerado um retrocesso para a revolução”. Ferrari lembra ainda que há tentativas de repactuação com Assad, incluindo reuniões de representantes do ELS, para encontrar uma saída nacional. “A luta de massas é decisiva. Há desgaste, fadiga, incerteza. Não podemos ver no processo da Síria uma saída exclusivamente mi-

litar, mas que passe por negociações a partir do movimento de massas. É fundamental pensar em como reconstruir o processo revolucionário a partir do movimento de massas. É decisivo colocar o tema da Assembleia Constituinte Revolucionária. Essa é a única saída. Temos de investir na retomada das forças da revolução árabe”.

Antes que o Hezbollah passasse a controlar o sul do Líbano, Nasser, que é libanês, estava impedido de entrar na escola em que estudara, nas visitas à terra natal, por precisar de autorização de Israel. “Se hoje posso visitar meu colégio, Síria e Irã foram fundamentais. A ocupação dos territórios árabes é questão central no processo”

Já o professor de direito internacional da FGV apresentou contrapontos à ideia de que a Síria e a região como um todo vivem uma situação revolucionária, e ao discurso teleológico de que necessariamente a superação da crise política e econômica conduzirá ao socialismo. Nasser lembra que, no Sul do Líbano, o Hezbollah libertou uma região e, com isso, “levantou a cabeça dos

Daniel Garcia



Aldo Sauda

árabes: recuperamos algo de nossa dignidade”. Porém, “nada disso teria acontecido se a Síria não estivesse conosco, assim como o Irã”.

Libanês, Nasser conta que, antes da tomada de poder pelo Hezbollah, estava impedido de entrar na escola em que estudara quando criança, em suas visitas à terra natal, por necessitar de uma autorização de Israel. “Se hoje posso visitar meu colégio, a Síria e o Irã foram fundamentais. Ou seja, a questão da ocupação dos territórios árabes é central nesse processo. O motor das revoltas é o resgate, a recuperação do coletivo, e vai durar muito tempo”.

Por isso, considera fundamental observar atentamente quais são as diferentes causalidades que influem em cada momento histórico. No caso da Síria e do Oriente Médio como um todo, a seu ver, a arma que o imperialismo usa é o sectarismo. “É esse o projeto dos EUA e de Israel. A arma alimentada é o

sectarismo, promovem a ideia de que tudo isso é uma guerra entre sunitas e xiitas. Como isso serve ao império? Fazendo com que o mundo árabe esqueça Israel e passe a achar que o Irã é seu inimigo. Já estamos vivendo um momento em que Catar e Arábia Saudita conversam com Israel para pensarem juntos em o que fazer com o Irã”.

Nasser lembra que isso já está presente no Líbano, fragmentado pela política imperialista. “Dividir para imperar. A chave do sectarismo é a da separação, fragmentação. A Síria se transformaria em pequenos cantões, como o que se desenha no Iraque hoje. Há uma divisão operada historicamente, acompanhada por uma normalização da ocupação. E isso é a morte da questão palestina”.

Com relação à Rússia e à China, afirma que não há inocentes na política. “Os russos têm seus interesses e chineses também. Ao lado dos EUA, talvez sejam os países que enxergam o mundo como um tabuleiro de xadrez. A política não premia os inocentes. Quando apareceu uma pessoa como o Putin, expressando sua vontade de poder, certamente é premiado no final do processo. A Rússia se senta com os EUA e os dois juntos decidem o que vai acontecer”. Mas o fundamental é que isso levou ao “único recuo” da hegemonia estadunidense no último período, tendo por consequência a preservação da Síria, e de maneira indireta do Líbano e do Irã. “O fato é que essa conversa foi acertada na mesma mesa, em trabalho de russos e chineses, que impuseram um novo equilíbrio político na região”.